

O TRABALHO DOMICILIAR FEMININO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA E/OU IMPOSIÇÃO DO CAPITAL?¹

Terezinha Brumatti Carvalhal²

Resumo:

Neste texto apontamos algumas contradições referentes à dinâmica territorial do trabalho domiciliar como repercussão da informalização, enquanto produto das mudanças que se processam no âmbito mais geral do trabalho. Os rearranjos do capital, e nesse caso a desconcentração do processo produtivo, e a expansão das pequenas e médias unidades, tem se juntado às formas flexibilizadas e precarizadas de trabalho e tem feito avançar a horizontalização do capital. Assim o trabalho produtivo em domicílio se mistura ao trabalho reprodutivo doméstico, entronizando uma forma específica de exploração de elevados contingentes de força de trabalho, especialmente de mulheres.

Palavra-chave: trabalho domiciliar, trabalho doméstico, gênero, informalidade, dinâmica geográfica, totalidade viva do trabalho

¹ Este texto contém os resultados parciais do projeto de tese de doutoramento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia;FCT/UNESP, sob orientação do professor Antonio Thomaz Júnior. em andamento.

² Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP/Presidente Prudente/SP bolsista CAPES; email: tbrumatti@hotmail.com

THE WORK HOME WOMEN AS A STRATEGY OF SURVIVAL AND / OR IMPOSITION OF CAPITAL?

Abstract:

This text we present some contradictions concerning the territorial dynamics of the home work and passed the informalization, as a product of the changes that are conducted in the more general context of the work. The rearrangements of the capital, and then to the devolution process, and expansion of small and medium units, has been joined to the forms flexible and precarious of work and has made progress on horizontalization of capital. Once the productive work at home mixture to the reproductive work domestic, featuring a specific form of exploitation of high quotas of the workforce, especially in women.

Key word: home work, domestic work, gender, informality, dynamic geographical

Introdução:

Este texto procura tecer alguns apontamentos que por ora estamos vislumbrando, seja por meio de levantamento bibliográfico ou pela obtenção de dados e informações acerca do trabalho domiciliar feminino, ou mais propriamente as formas de externalização do trabalho compreendidas no âmbito domiciliar, como forma de entendimento da inserção da mulher no mundo do trabalho.

Ao elegermos a dimensão de gênero como prerrogativa para o entendimento da imposição do capital aos trabalhadores, devemos apontar que a questão de gênero permeada pelas relações de classes traz a tona a questão da dupla jornada de trabalho. Nesse sentido comungamos com Hirata (2002), que aponta que ao tratarmos das conseqüências da reestruturação produtiva e levarmos em conta a dimensão de gênero, o estudo impõe outras mediações e tem outras conotações, porque se torna imprescindível avaliarmos o impacto das mudanças tecnológicas na vida dessa parte da classe trabalhadora.

Pois muitas vezes as mulheres “optam” por determinada função tendo em vista a possibilidade de conciliar o trabalho assalariado e as funções domésticas, inclusive o cuidado com os filhos. Isso porque ainda é a mulher que executa essas tarefas domésticas, assim como o gerenciamento delas, quando ela dispõe de outra pessoa para realizá-la, como pudemos perceber em recente pesquisa³.

*o trabalho domiciliar
além de ser uma forma
das mulheres obterem
renda, permite conciliar
a dupla jornada de
trabalho*

Dessa forma, podemos supor inicialmente que o trabalho domiciliar além de ser uma forma das mulheres obterem renda, permite conciliar a dupla jornada de trabalho. Seria também uma estratégia para conseguirem renda por meio de uma atividade realizada em casa, como as que costumam para determinada fábrica sob a forma de facção? E ao trabalharem em casa, economizam com o aluguel de salão, podem então adotar a estratégia de cobrar mais barato⁴ pelos serviços prestados, e com isso concorrerem com as grandes faccionistas? Dessa forma podemos

³ Ver: Brumatti Carvalhal. T. Gênero e Classe nos Sindicatos. Edições Centelha, 2004.

⁴ O termo cobrar mais barato, seria em relação as costureiras que trabalham em salão alugado no comércio da cidade.

supor que elas conseguem ganhar dinheiro sem um padrão “real”, sendo uma forma de exploração invisível?

Antunes (1999) nos aponta que a tendência marcante do atual momento de reestruturação produtiva é a redução de trabalho improdutivo dentro das fábricas, através da incorporação ao trabalho produtivo, desobrigando o capital de uma parcela de trabalhadores que não participam diretamente do processo produtivo.

Alguns autores⁵ apontam que está havendo uma horizontalização do capital ou desconcentração do processo produtivo, avançando então formas precarizadas de trabalho, como é o caso do trabalho à domicílio.

Lavinas (2000) nos aponta a existência de duas formas de flexibilidade do salário, decorrentes da pressão por produtividade, que são o trabalho à domicílio e o tele-trabalho, onde em ambos os casos o assalariamento é disfarçado, sem direitos mínimos e sem serem portanto representados por um órgão de classe.

Nesse ínterim o capital tem se apropriado de discursos e pensamentos dos trabalhadores, que cada vez mais têm se

inserido no trabalho informal por meio do trabalho autônomo com o falso sonho do negócio próprio. Como bem aponta Malaguti (2000) e Tavares (2004), sob os fios invisíveis da exploração capitalista, estão os trabalhadores, inseridos nos trabalhos informais e sem seguridade social.

Maluguti (2000) trata da intersecção do setor formal e informal, porque para ele, não são situações opostas, mas convergentes, apontando inclusive o uso incorreto do conceito de setor, mas de situações informais, mesmo no interior do trabalho assalariado. O autor aponta o setor informal como amortecedor da crise social, até porque se se dignificar a informalidade significa perturbar as condições de acumulação do capital e da legitimação do Estado, havendo um pacto social do estado, portanto. Para Noronha (2003), o trabalho é formal se o trabalhador possuir carteira de trabalho assinada, registro de autônomo ou *status* de empregador.

Nesse sentido podemos observar, segundo o Censo Demográfico 2000⁶, em Marechal Cândido Rondon (PR) considerando os trabalhadores domésticos e demais empregados, existiam 12.189 trabalhadores e o

⁵ Como Harvey, Antunes,

⁶IBGE, Censo 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de Abril de 2005.

índice de trabalhadores informais⁷ chegava a 37,4%. Já no estado do Paraná o índice de informalidade é de 34%, porém se compararmos com o índice da informalidade da Mesorregião Oeste, que é de 40,4%, e na microrregião de Toledo que é de 39,4%, podemos observar que o índice municipal fica acima apenas do estado.

Malaguti (2000) aponta, em relação à pequena empresa, como sendo essencial para a manutenção da crise social, ou em suas palavras, “uma válvula de escape”. Pois é justamente nessas pequenas empresas onde se concentra o maior número de trabalhadores informais e que recebem os menores salários. Dessa forma, as pequenas empresas exercem a função para os grandes empresários de pagarem menores salários, além de serem piores as condições de trabalho. Para o autor, o sonho do negócio próprio é muito mais uma necessidade de escapar do desemprego do que um desejo real dos trabalhadores.

Nesse sentido intentamos investigar as costureiras que trabalham a domicílio, pois além de ser uma função que em sua grande maioria é exercida por mulheres, muitas vezes tem sido a alternativa para o desemprego e

com essa ocupação tornando-se a principal fonte de renda. O sonho do negócio próprio e de ser seu próprio patrão, apoiado nos fortes incentivos de organismos como o Sebrae, segundo Malaguti (2000) além de discursos de estado e órgãos empresariais e sindicais, têm contribuído para o aumento do número de pequenas empresas e dos trabalhadores autônomos.

E esse apoio aos pequenos negócios pode ser visto no caso do estado do Paraná, segundo Zapparoli (2007), pois neste ano fechou um acordo de 16,7 milhões de dólares com o objetivo de financiar ações conjuntas realizadas pelas empresas ligadas aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Desse montante, 10 milhões provém do BID, 1 milhão do governo estadual e 5,7 milhões do Sebrae e Federação das Indústrias do Paraná. Ainda de acordo o autor, o secretário de planejamento do Paraná⁸ aponta que no estado há 22 APLs que agregam 2,6 mil empresas, e o mérito social, segundo ele, é que os APLs reduzem a mortalidade das pequenas empresas e contribuem para a geração de empregos, porque o Paraná contabiliza cerca de 40 mil empregos ligados aos APLs e isso para ele, reduz as demandas da sociedade por políticas assistenciais.

⁷ Isto inclui apenas os trabalhadores domésticos e os empregados.

⁸ Trata-se do secretário Enio Ferri.

De acordo com Zaparolli (2007), o APL, está sendo visto pelos empresários como o maior incentivo ao desenvolvimento regional que existe, porque além de estimular o crescimento e a competitividade das micros e pequenas empresas, pela flexibilidade e escala produtiva, também ajuda a gerar empregos respeitando a vocação da região. Prova disso é a formação da Rede APL Paraná, que segundo Nunes (2007), conta com o apoio do governo estadual, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Sebrae Paraná, Banco do Brasil, Bradesco e Curitiba S/A. Segundo o autor, “a rede tem por objetivo promover uma maior articulação entre as entidades que apóiam os APLs e criar um ambiente favorável à implantação e consolidação dos arranjos do Paraná”.

Nesse sentido temos o APL do município de Terra Roxa⁹, que tem se articulado com o poder público local¹⁰ a se destacar como o município especializado na confecção infantil ou a capital nacional da

⁹ De acordo com o documento do IPARDES, o APL Terra Roxa, conta com o apoio do SESI, SENAI, SEBRAE, ACIATRA (Associação Comercial Industrial e da Agricultura de Terra Roxa), Escola do Trabalho e com a Associação Local do Arranjo Produtivo.

¹⁰ O sítio da APL de Terra Roxa pode ser encontrado em: www.aplterroxaxa.com.br e também no sítio da Prefeitura Municipal de Terra Roxa.

Moda Bebê. E a partir de 2004, segundo o IPARDES¹¹ (2006), algumas empresas formaram uma associação¹²: Associação Arranjo Produtivo Local de Moda Bebê de Terra Roxa, e é ela quem direciona as estratégias de ação do ramo. E em decorrência da parceria com o Sebrae, houve a inclusão de Terra Roxa como uma das 13 regiões que produzem confecção no Brasil e assim seria priorizada nas ações do Sebrae para o desenvolvimento setorial e regional.

Segundo, Zaparolli (2007), após a criação da APL de Terra Roxa, a produção cresceu 50%, sendo que o faturamento mensal é de 3 milhões de reais, ou seja cerca de 30% da economia da cidade, e é responsável por aproximadamente 2 mil empregos diretos para uma cidade de 17 mil habitantes. O autor ainda aponta que o APL, desenvolveu um planejamento que prevê o compartilhamento que visa a qualificação da gestão, treinamento de mão-de-obra, o aprimoramento dos produtos e a participação em feiras e eventos no Brasil e exterior. Em marketing a iniciativa

¹¹ O IPARDES (2006) fez a pesquisa em 19 empresas das 36 existentes no APL-Terra Roxa.

¹² O APL Terra Roxa conta com 36 empresas e a Associação APL conta com 80% das empresas do APL porém segundo o sítio do APL Terra Roxa, atualmente são 48 indústrias e 29 estão na Associação.

envolve a criação de um sítio e de um catálogo com distribuição nacional.

Terra Roxa ainda compõe uma das 07 microrregiões do setor de vestuário do Oeste Paranaense, segundo o sítio do Sindwest (Sindicato dos Empresários do Vestuário do Oeste Paranaense), pois a região Oeste do Paraná, parece estar apostando no setor do vestuário para acelerar a economia dos municípios que o compõem. Em visita ao referido sítio, podemos observar que os empresários ligados ao setor têm buscado fortalecer a idéia de pólo do vestuário. Esse Pólo do Vestuário abrangia atualmente 52 municípios, divididos em sete microrregiões: Cascavel, Toledo, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Foz do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, sendo que no total, existem cerca de 320 empresas cadastradas.

Talvez em consonância com a criação do Pólo do Vestuário, o Sindwest com sede em Cascavel, segundo o Jornal Hoje, fundou no ano de 2002, com parceria de diversas entidades, a Fábrica-escola¹³. Lá são oferecidos cursos de operador de máquina de costura industrial, de Corte Industrial, Modelagem, Gerenciamento de Produção, que é dado em

¹³ E 2004 a Prefeitura de Cascavel deixou a parceria e agora a fábrica funciona dentro da sede do sindicato.

Toledo; e Mecânica. Todos os cursos possuem custos diferenciados para funcionários de empresas do ramo do vestuário e são a partir de duas parcelas de R\$ 30. Há também uma Escola do Trabalho que existe em Terra Roxa, segundo o IPARDES (2006), que é mantido pela prefeitura Municipal e que juntamente com o SENAI, oferece cursos de capacitação para mão-de-obra local.

Nesse interim, verificamos¹⁴ que a prefeitura de Marechal Cândido Rondon fornece desde a década de 1976, cursos gratuitos de corte e costura e no momento tem 2 turmas, uma de manhã e outra à noite, com 12 alunas e 200 horas de curso, com mais ou menos 3 meses de duração, formando cerca de 60 pessoas ao ano.

Segundo Ilda, a professora que ministra o curso de técnico-modelagem e o de costura industrial pela Prefeitura, diz que no ano passado todas as pessoas formadas, foram trabalhar nas fábricas da cidade.

As costureiras domiciliares

Procuraremos investigar se há repercussão na vida das costureiras

¹⁴ De acordo com Pedro - secretário do Cemep (Centro Municipal de Ensino Profissional) de Marechal Cândido Rondon.

domiciliares em termos de trabalho e renda, ou seja, será que a busca de algumas empresas do setor em transformar o Oeste Paranaense num pólo do vestuário, tem afetado o trabalho das costureiras em termos de melhorias de salários e rendas. E de outro lado dimensionar se as trabalhadoras domiciliares do setor do vestuário estão eminentemente ligadas às indústrias de confecção, ou se estão mais voltadas para a prestação de serviços nas lojas de varejo. Bem como tentar investigar se as trabalhadoras são subcontratadas ou se trabalham de forma regularizada, ou seja se são funcionárias das empresas ou se atuam como autônomas. Para isso poderemos também pensar na abordagem às trabalhadoras de outros municípios, mas que estejam enquadradas no recorte territorial do sindicato dos trabalhadores do Vestuário de Cascavel e região.

Também podemos pensar do ponto de vista do trabalho, o que o trabalho domiciliar pode implicar em termos de sua organização e atuação perante ao capital, no sentido de uma tendência à maior fragmentação do trabalho.

Em relação ao gênero, quais as implicações e repercussões para a mulher trabalhadora, que agora por meio do trabalho domiciliar, acaba retornando para dentro de

casa, um lugar que passa a ser o da produção e da reprodução. Dessa forma talvez do ponto de sua emancipação como gênero e classe passa a ser mais complicada, pois ela tende a ficar em casa para realizar a produção, faltando a sociabilidade com outras trabalhadoras. E também em termos de representatividade será comprometida, já que os sindicatos representam apenas os trabalhadores registrados em carteira e nesse limite sindical, são colocados os trabalhadores informais ou inseridos nos trabalhos atípicos¹⁵.

Porém já observamos, segundo o IPARDES (2006), que no APL de Terra Roxa, em termos relativos, o crescimento da ocupação informal foi de 28,7% maior do que o observado para o emprego formal que ficou em torno de 19,2% no ano de 2005. Além de que, segundo o estudo, há casos de subcontratação pelas empresas, principalmente em relação ao bordado, sendo que estas subcontratadas¹⁶ também estão situadas no próprio APL.

E investigamos por meio de entrevistas à algumas costureiras da cidade de Marechal

¹⁵ Termo usado por autores para designar trabalhadores que exercem as mais variadas formas de trabalho e sem seguridade e representação sindical.

¹⁶ Uma dessas empresas subcontratadas presta serviço para 6 empresas da APL, segundo o IPARDES.

Cândido Rondon, no sentido de dimensionar a expansão desse setor do vestuário para as costureiras. E por meio de entrevistas e aplicação de questionário, abordamos algumas costureiras¹⁷ que trabalham sob a forma de facção na cidade, e que prestam serviços à fabricas da cidade, região e até de Cianorte. Cidade no noroeste do Paraná que tem como forte impulsionador da economia a indústria do vestuário. De acordo com Lima (2007), Cianorte tem cerca de 450 indústrias de confecções e emprega cerca de 30 mil trabalhadores diretos e indiretos. A cidade é propagandeada como a “capital do vestuário”¹⁸, pois as indústrias vendem tanto para varejistas como para butiques e lojas de marcas famosas e usam etiquetas próprias ou de terceiros e espalham representantes pelo país ou recebem de diversos estados.

Porém já pudemos observar que no ramo da costura, existem muitas mulheres autônomas, que trabalham sob a forma de facção e que são pagas por produção e a remuneração é baseada no número de peças

¹⁷ Algumas indicações foram dadas pelas próprias fábricas, pelas costureiras e por uma professora de corte e costura do município de M.C. R.

¹⁸ Agora dotados de infra-estrutura, os 4 shoppings de atacado oferecem desde pousada com café da manhã e dependendo até refeições para os clientes vindos de longe.

produzidas. Elas prestam serviço à pequenas fábricas de roupas da cidade e de outras cidades também e em alguns casos elas contratam outras costureiras para trabalharem na produção e pagam o salário de costureira¹⁹, ou as “contratadas” recebem apenas por produção, sem vínculo empregatício. As faccionistas se tornam então patroas de outras costureiras, reproduzindo a relação que as empresas contratantes fazem com ela.

De acordo com Colli (2000), o façonista se caracteriza como um proprietário de algum tear operando em casa ou em barracão alugado e em condições inferiores a de uma empresa estabelecida. Mantém a dependência de outra empresa e não tem capital de giro. Para a autora a antiga facção contempla uma forma de prestação de serviços em que as firmas autônomas, com o aumento de demanda contratavam a facção e as empresas contratadas eram encaradas como capacidade de reserva. Porém a autora aponta que hoje em dia a facção é mais diversificada e ampla que envolve empresas de vários portes, autônomas e mistas.

O façonista então nas palavras de Colli: “... faz parte de uma espécie de trabalho que

¹⁹ Algumas costureiras entrevistadas falaram de um salário de costureira que seria de 450,00 reais.

suporta relações contraditórias, em que como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo.”

Através do Quadro 1, podemos notar algumas características das costureiras,

extraídas das entrevistas, por meio das quais podemos identificar as diferentes de inserção no processo produtivo.

Quadro 1. Cadeia Produtiva do Trabalho das Costureiras

	Empresas ou fábricas que presta serviço	Tem funcionários	Rendimento Individual Mensal	Horas trabalhadas	Trabalha em casa?	Forma rendimento
Lilian	Esportiva Paraná (Fábrica)	01	Até 3 SM	12 a 14 hs	sim	peça
Ilda	Prefeitura Municipal e autônoma	0	Até 3 SM	12 hs	sim	por modelo
Madalena	Autônoma	0	Até 3 SM	12 a 18 hs	sim	Por modelo
Salete	Fábricas: Stok (Toledo) e Básica e Cia(Cianorte). Loja - La Belle(MCR), Empresas de Cianorte(não falou quais são elas)	02	3 a 5 SM	11 hs diárias	sim	Por peça
Nair	Várias- Marcelo	sim	Não quis falar		não	peça
Neli	Calçados (empresa), Raquel malhas (fábrica)	sim	3 a 5 SM	11 hs diárias	Não	peça
Luci		sim	3 a 5 SM	12 hs diárias	Sim	empregadora
Terezinha	Reichert (fábrica)	Não	Até 3 SM	09 hs diárias	Não	peça

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Lilian e Salete tem facção em casa, e podemos verificar no caso de Salete, que ela tem além da funcionária, o filho que trabalha

para ela, e o rendimento mensal individual é conseguido com o trabalho do marido que também trabalha com ela. A funcionária que

trabalha sem registro em carteira, recebe o salário de costureira que era de R\$ 450,00. A facção de Salete funciona em casa e ela presta serviço para indústrias de Cianorte, Toledo e para uma loja de Marechal Cândido Rondon.

Lilian confecciona uniformes e agasalhos para um time de futebol de salão da cidade (Coopagril), além de uniformes escolares. Ela recebe as peças de uma fábrica de material esportivo que por sua vez é quem recebe pedidos de camisetas do time. Diz a faccionista que ultimamente, o sucesso do time tem impulsionado o sucesso de vendas de camisetas e agasalhos para os torcedores nas cidades onde o time se apresenta. A costureira fala que na sequência de cada jogo vencido, são encomendadas cerca de 400 a 500 camisetas, sendo que as peças que chegam cortadas para ela costurar já foram todas encomendadas.

E isso também nos leva a pensar qual o papel das empresas e fábricas que subcontratam o serviço dessas costureiras sob a forma de facção?

Colli (2000) ao estudar o ramo da tecelagem de Americana/SP aponta que há tecelagens sem teares, onde um indivíduo com firma legalizada subcontrata as empresas façônistas e mistas e consistem em empresas denominadas tecelagens, porém sem nenhum

tear. Essas empresas controlam os dois extremos da atividade produtiva, a compra de matéria-prima e a colocação no mercado de trabalho do produto acabado, assim o processo industrial é feito por terceiros. Para a autora, elas vêm se tornando bem rentável, pois os riscos produtivos junto com os encargos sociais, juntamente com a necessidade de investimento em capital fixo são expulsos da empresa, trata-se de uma terceirização via façonismo.

Quanto à Madalena, ela já trabalhou em uma facção de uma amiga, mas quando fechou ela continuou fazendo roupas sob medida em casa, e atualmente ainda trabalha meio período em um Hotel da cidade, como faxineira.

Luci teve uma mini-fábrica de roupas infantis que funcionava em sua casa, mas faz um ano que ela fechou, porque ela teria terceirizado a fabricação das peças para uma facção de Santa Helena, que por sua vez atrasava a produção, quando não entregavam as peças com defeitos. Dessa forma, Luci perdeu os clientes, que encomendaram as peças de roupas e ficou com estoque em sua casa. Porém antes de contratar a facção ela tinha funcionárias que trabalhavam para ela em sua casa.

No caso de Nair e Nelli, elas possuem salão na cidade e Nelli confecciona roupas para fábricas da cidade, e no caso de Nair para fábricas de Cianorte, sendo que esta emprega costureiras para realizar todo o serviço porque ela não sabe costurar, pois assumiu a facção para ter uma ocupação, quando sua irmã se mudou da cidade.

Das 08 costureiras entrevistadas, percebemos que aquelas que trabalham em salão (02 delas) parecem obter maior renda²⁰ que as que trabalham em casa, pois conseguem empregar²¹ maior número de trabalhadoras. Uma dessas emprega 05 costureiras e a outra emprega 08, porém esse número pode variar conforme o período do ano, com mais ou menos serviços prestados. Estas então acabam tendo maiores lucros do que as faccionistas que trabalham em casa, talvez pela quantidade de máquinas que possuem, conseguindo obter maiores lucros

²⁰ Usei a expressão “parece obter maior renda”, porque em ambos os casos, elas não informaram o valor exato obtido mensalmente pela facção.

²¹ Nelli diz que suas funcionárias recebem salário e são registradas e Nair diz que suas costureiras recebem por peças produzidas.

por produzir em quantidade. Somente Nelli diz ter registrado suas costureiras e que elas receberiam salário de costureira.

Todas as costureiras pesquisadas que possuem facção, recebem por peça, e algumas delas pagam a previdência social como autônoma.

Marx (1984) aponta que o salário por peça é uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por

O salário por peça proporciona ao capitalista uma medida inteiramente determinada para a intensidade do trabalho, além da qualidade do trabalho que é controlada mediante o próprio produto

tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho. O salário por peça proporciona ao capitalista uma medida inteiramente determinada para a intensidade do

trabalho, além da qualidade do trabalho que é controlada mediante o próprio produto. Desse modo, o salário por peça se torna fonte fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas, pois facilita a interposição de parasitas entre o capitalista e o trabalhador, além dessa relação permitir a exploração de trabalhador a trabalhador, por meio de auxiliares contratados pelo trabalhador, há então a exploração do capitalista mediada por essa relação entre os próprios trabalhadores.

Além da questão salarial, percebemos a falta de conhecimento de associações, sindicato ou algum grupo de costureiras que estejam organizadas em busca de melhores condições de trabalho.

A maioria das costureiras alega a falta de tempo e os fins de semana e o tempo livre são voltados para as atividades da casa como limpeza e cuidado com roupas, algumas falam que as poucas visitas se resumem à ida de parentes na cidade e ainda outras acabam ficando em casa com a família. Dessa forma podemos verificar a ausência de lazer e atividades culturais por parte das costureiras, que sem muitas alternativas seguem uma rotina apenas de trabalho.

Nesse sentido podemos pensar no que aponta Antunes (1999) em relação ao estar dentro e fora do trabalho, no sentido dos trabalhadores se sentirem úteis quando estão trabalhando e estando então “dentro” do trabalho.

Mas vemos, no caso do trabalho feminino, que essa assertiva talvez não se aplique e não faça tanto sentido, já que a mulher ao chegar em casa vai realizar a dupla jornada de trabalho. Portanto o sentido de estar fora do trabalho, talvez possa ser o trabalho produtivo e remunerado, já que no

ambiente da casa, é exercido o trabalho doméstico pela trabalhadora quando esta retorna de seu trabalho remunerado.

E no caso do trabalho domiciliar feminino, a mulher não sai do seu ambiente de trabalho, há então uma superposição de funções, o produtivo e o reprodutivo. Dessa forma a mulher trabalhadora parece nunca estar fora do trabalho. O trabalho domiciliar tem o ganho da superposição num só lugar do trabalho produtivo e do reprodutivo, o espaço e o tempo se fundem no trabalho domiciliar.

Nesse interim, podemos apontar que o trabalho domiciliar se apresenta como uma prisão à costureira, pois tende a dificultar o refúgio e se entregar ao descanso e esquecer o trabalho abstrato e alienado. Pois ele ali está sempre presente, todos os dias, a lembrar que sem trabalho é estar sem dinheiro algum.

Porque nas palavras da costureira Lilian, a profissão de costureira não é bem remunerada e tem que se dedicar muito. Isso porque no caso dela, a mudança de sua facção que funcionava em um salão no centro da cidade, não melhorou muito sua condição, já que não possui nem mesmo uma diarista para ajudá-la nos serviços da casa. Além do próprio infortúnio de se trabalhar em um ambiente não muito propício, pois além da interrupção

constante do trabalho para atender as encomendas e entregar mercadorias, há a convivência com os problemas cotidianos de uma casa.

O ambiente impróprio para a costura, foi observado em algumas entrevistas, já que o trabalho era realizado em algum quarto, garagem que por ser adaptado se torna pequeno e sem condições de adequar todas as máquinas, além do ambiente não ser arejado. Por outro lado, o uso de ventilador também não é recomendado porque as linhas das máquinas podem enrolar e atrapalhar o serviço.

Outro fato observado é em relação as horas trabalhadas, que varia de 10 a 12 horas por dia, tanto sendo que todas as costureiras relatam que não tem hora certa para terminarem o serviço do dia, mas também relataram que há períodos em que não há muito serviço. Dessa forma apesar do trabalho árduo e intenso, há a preferência para que não falte serviço.

No caso das trabalhadoras domiciliares a longa jornada de trabalho também se deve as várias interrupções do trabalho ao longo do dia. Tudo se torna motivo de desconcentração, já que estar em casa também na maioria dos casos pode significar estar de folga, de férias, estar aposentada, ser dona-de-casa e por isso

não tem hora para receber visitas seja de vizinhos, parentes, conhecidos, etc.

Tendo em vista as entrevistas realizadas até então, também podemos apreender que, o trabalho domiciliar que por ora pode apresentar-se como uma alternativa para as mulheres, que também são donas-de-casa, também pode ser visto como uma extrema exploração e precarização do trabalho. Não havendo um salto escalar em direção a sua emancipação de gênero e classe, já que elas continuam a realizar as funções domésticas, num mesmo espaço/tempo que o trabalho remunerado e sem conseguirem ao menos arcar com uma pessoa para o cuidado com a casa.

A jornada de trabalho é longa, porque também se mistura as funções domésticas, o serviço é incerto e há a exigência do mercado de trabalho na qualidade do trabalho, porém este ainda deve ser barato, porque segundo Lilian, a concorrência é grande já que na cidade não há muitos empregos e no caso dela estando numa faixa etária em que há menor oportunidade de emprego.

Algumas costureiras falam do alto nível de estresse e ansiedade em que vivem. Porque se por um lado gostam do que fazem e estando em casa poderiam conciliar suas atividades, por

outro se sentem sozinhas e falam com nostalgia do tempo em que trabalhavam fora de casa. Expressam contradição em relação aos seus sentimentos, pois ao mesmo tempo falam que preferem estar em casa, por não terem padrão, mas falam do estresse do dia-a-dia, do fato de mal saírem de casa, de não terem lazer, da falta de condições para viagem e saídas de fim-de-semana.

Podemos apreender então que a casa é lar e prisão. Que o trabalho de autônoma mascara a realidade de terem o controle da produção, que podem estar em casa e trabalharem quando quiserem. Porém concomitante a esse processo algumas apontaram a instabilidade e a falta de uma garantia financeira no final do mês.

O trabalho domiciliar segundo Lavinias (2000), não tem estatuto específico na CLT e as empresas transferem para as trabalhadoras os custos sociais mediante a carteira de autônoma, que transforma a relação entre independentes. Ou seja, sendo autônomas, as trabalhadoras deixam de ser responsáveis das empresas, em relação ao registro em carteira e os encargos sociais que isso acarreta

para o empresário, além do fato de que aparentemente se torna uma relação entre iguais. Já que uma empresa contrata uma outra empresa para realização de serviços, porém essa empresa contratada se resume em muitos casos à uma pessoa²² que acaba abrindo firma para a legalização de suas tarefas de prestação de serviços.

Lavinias (2000) ainda aponta que no Brasil, o mercado de trabalho tem encontrado soluções próprias e intermediárias entre o modelo típico de assalariamento e a flexibilização absoluta que implica a transformação de todas as relações de trabalho em contratos de prestação de serviços.

No caso das costureiras que trabalham em salão, percebemos também uma intensa jornada de trabalho e no caso de Neli que diz ter suas funcionárias registradas, o seu rendimento acaba nem sendo acima das trabalhadoras domiciliares, porém ela arca com algumas responsabilidades de pequena empresária. Sendo que o mesmo não ocorre

sendo autônomas, as trabalhadoras deixam de ser responsáveis das empresas, em relação ao registro em carteira e os encargos sociais que isso acarreta para o empresário

²² As facionistas pesquisadas contratam funcionárias pagas por peça, ou por salário fixo para ajudarem na produção.

com Nair que tem em seu salão, as costureiras trabalhando por peça, e dessa forma sem custos com funcionários. Importante apontar que na abordagem às costureiras que trabalham em salão, entrevistamos apenas as donas da facção, no caso Neli, Nair e Terezinha, que trabalha com uma sócia, sendo que elas se mostraram mais inacessíveis à algumas informações, principalmente quanto ao seus rendimentos e gastos. No caso de Nair conversamos por telefone, porque ela alegava sempre a falta de tempo para a entrevista.

Nesse sentido podemos pensar de acordo com Colli (2000), quando aponta que as faccionistas seriam patroas ou assalariadas de si mesmas, porque nas pequenas empresas o patrão é muitas vezes o próprio trabalhador. O faccionista faz parte de uma espécie de trabalho que suporta relações contraditórias em que como possuidor dos meios de produção é capitalista como trabalhador é assalariado de si mesmo.

Dessa forma podemos verificar a pulverização, fragmentação das trabalhadoras ao se inserirem na produção em casa, sob a forma de dona da facção ou “empregada” dessa facção, como também as que trabalham sob medida. Isso também podemos verificar com as costureiras que trabalham em salões de

costura alugados, que se diferenciam apenas quanto ao local de trabalho e no caso pesquisado, também em relação ao número de costureiras que trabalham com a faccionista (em 2 casos).

Dessa forma poderemos ainda entrar em contato com o sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Cascavel e região, para apreender quais medidas o sindicato tem tomado em relação ao aumento dos trabalhadores informais e dimensionar esses trabalhadores no setor do vestuário. Pois conforme apontado pelo IPARDES (2006), em Terra Roxa houve a constatação de trabalhos informais e subcontratados.

Porque podemos apreender, que há uma tendência do trabalho se tornar complexificado, fragmentado e heterogeneizado, segundo Antunes (1999), colocando novos desafios para o movimento sindical.

Procuraremos também analisar documentos produzidos pelo sindicato como pela central sindical, voltados para a conscientização dos trabalhadores, como também de inserção desse contingente cada vez maior de trabalhadores informalizados ou atípicos, pois disso depende também a própria existência do sindicato.

Referências Bibliográficas

COLLI, Juliana. **A Trama da terceirização. Um estudo do ramo da tecelagem.** Campinas: Editora da Unicamp, 2000, 132p.

IPARDES. Arranjo Produtivo Local de Moda Bebê de Terra Roxa- Estudo de caso. In: APLS do Paraná. IPARDES. Curitiba, 2006. 33p. acesso: www.ipardes.gov.br, em 07/10/07.

Jornal Hoje. N. Edição nº 4284 - Domingo, 04 de junho de 2006. Cascavel, Paraná.

LAVINAS, Lena. Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade. In: **Texto para discussão** no. 717, IPEA. Rio de Janeiro, 2000. 47p.

Lima, Marli. Em Cianorte, a moda veio depois da geada no café. In: **Valor Econômico.** Especial, p. A10. Segunda feira, 20 de agosto de 2007.

MALAGUTI, Manoel L., **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado.** São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

ZAPAROLLI, Domingos. Trabalho de equipe. In: **Valor Econômico.** Especial-Micro e Pequenas Empresas, p. F1. terça-feira, 29 de maio de 2007.

NUNES, Eduardo. Paraná consolida cultura de cooperação. In: **Valor Econômico.** Especial - Micro e Pequenas Empresas, p. F5. terça-feira, 29 de maio de 2007.

Acesse a página do CEGeT

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/>

“Conheça os objetivos do grupo

e fique por dentro dos eventos”